

Comunicado nº. 26/78, em 20 de Junho de 1978

A TODOS OS TRABALHADORES:

Através dos contactos mantidos vários colegas temos verificado que muita gente desconhece diversos aspectos relacionados com a Reestruturação, aspectos esses que se situam ou no conhecimento de tal projecto em si mesmo ou no que tem sido o seu negociar, as dificuldades que têm surgido, como se têm conseguido certos avanços, quais as grandes vantagens que apresenta para os funcionários da D.G.C.I. a publicação de tal diploma. É o que vamos tentar fazer, pedindo a todos uma leitura atenta e ponderada deste comunicado, a qual é necessária num momento em que se aproximam momentos importantes, em que a nossa acção tem de ser determinante e importa, pois, que não seja levada a cabo levemente.

I

Quais as principais vantagens da Reestruturação?

A Reestruturação é um projecto em que estão abrangidos todos os funcionários da D.G.C.I. Já temos ouvido colegas perguntarem se é para os serviços das repartições, se é para os técnicos-verificadores, etc. Não. É para todos. Aliás princípio estabelecido desde o início pelos representantes sindicais e aceite pela Administração.

2) A Reestruturação consagra definitivamente o princípio da tecnicidade do trabalho dos funcionários da D.G.C.I. . Todos sabemos o estudo intenso e a complexidade de funções com que nos defrontamos. Esta tecnicidade nunca foi expressamente reconhecida e muitas vezes foi combatida. No entanto, é um facto real, como todos sabemos. Agora ela passa a ser reconhecida e retribuída nessa base. De importância vital este aspecto, não só pelo aumento de vencimento imediato que representa, como pelo facto de ficarmos incluídos numa escala superior de funcionalismo, com todas as vantagens futuras que daí advirão. Podemos dizer que em todas as alterações futuras sentiremos essa diferença.

3) A nossa especificidade técnica passa a ser compensada por um vencimento mais condigno. No entanto, isso não nos retirará quaisquer outros direitos adquiridos. Porque nós temos dois factores pelos quais nos é devida compensação: as dificuldades técnicas do nosso trabalho, que obriga a uma preparação muito especial e as dificuldades resultantes de um difícil contacto com o público, às vezes até com características de periculosidade. Enquanto a primeira parte é compensada por uma adequada inserção na escala do funcionalismo, a segunda, que constitui o ónus da função, é compensada pelas chamadas remunerações acessórias, ou parte emolumentar, quer dizer, por tudo aquilo que recebemos acima do vencimento base e que o projecto da Reestruturação expressamente mantém.

4) Cosagra princípios para a formação e promoção dos funcionários que constituem grandes progressos em relação ao que tem sido praticado, apoiando a sua formação, incentivando os talentos, dando garantias de justiça às promoções, dando a todos a certeza de que terão todo o direito para se valorizarem e progredirem.

5) Constituirá uma lei especial que nos porá a coberto de certas leis gerais que para co estarem em gestação e que constituem um perigo para nós, pois que reservam um lugar predominante na escala do funcionalismo apenas a bacharéis e licenciados.

Não esgotámos o assunto. Limitámo-nos a apresentar os aspectos mais salientes:

~~COMO SURTIU E EVOLUIU O PROJECTO~~

~~Logo após 25 de Abril de 1974, surgiram, por toda a parte, movimentos reivindi-~~

cativos, derivados do reconhecimento de que muita coisa estava mal. Quase todas as repartições elaboraram cadernos reivindicativos, numa fase embrionária, em que se o lhava muito para o momento imediato e pouco para o futuro. Mas se tinham muito de u tópico também tinham muito de válido e daí, respigados daqui e dalém, se extrairam elementos que posteriormente foram aplicados.

A Administração também queria mandar muita coisa que entendia estar mal. E co-meçou por lançar projectos parciais e desconexos uns que tiveram execução (p.ex.pro moção de escriturários a aspirantes), outros que não tiveram seguimento (p.ex.uma projectada promoção de secretários de finanças a técnicos-verificadores, em princi-pio de 1 976). Mas, em breve se criou a convicção, entre uma parte e outra, de que era preciso um projecto global, sistematizado, científico, que constituísse uma res posta cabal, aos anseios dos funcionários e às necessidades da Administração.

Foi a Administração que, em Maio de 1 976, lançou um esboço de projecto nesse sentido. Muito incorrecto, mereceu o repúdio unânime dos funcionários reunidos em plenário de Leiria, em 22 de Maio de 1 976. Decidiu-se, então, que nos cabia a nós, principais interessados, apresentar uma contraproposta à Administração.

Surgiu, assim, o chamado "projecto de Beja". Elaborado pela Comissão Distrital de Beja, foi votado nacionalmente e apresentado como base de trabalhos para negocia ção com a Administração. Em 23 de Setembro desse ano, iniciaram-se as conversações na D.S.P.O., prosseguindo, sem interrupções, até ao dia 30 do mesmo mês entre a Ad-ministração e os representantes dos Trabalhadores que foram, na circunstância, os elementos que tinham sido designados pelo plenário de Leiria para constituírem o Sin-dicato e elementos das comissões distritais de Beja e de Setúbal. Nessa altura hou-ve mesmo esperanças que as coisas andassem depressa, pois bastante se adiantou e e-ra-nos dito que o projecto estaria pronto a seguir para a Secretaria de Estado da Função Pública em 24 de Novembro desse ano, para entrar em execução logo no início do ano seguinte.

Mas, de imediato começaram os entraves. O texto definitivo que devia surgir den-tro de 15 dias, apareceu um mês e tal depois e sem esse carácter definitivo, muito incompleto ainda, abrangendo apenas os serviços de liquidação. Foram nomeados gru-pos de Trabalho pela nossa Direcção-Geral para estudarem outros aspectos do proble-ma, quer no que respeita à inclusão de outras categorias de funcionários, quer no que respeita à reorganização de serviços. Inicialmente esses grupos deveriam demorar pouco mas, a verdade, é que foi um lento arrastar de semana para semana até que em Maio de 1 977 veio, finalmente, o texto final para discussão dos Trabalhadores.

Já então se tinha legalizado o nosso Sindicato. E o Secretariado tomou medidas para que, sem se abdicar de ouvir e tomar em consideração a opinião de todos, se pu-desse avançar com presteza. E no mês seguinte a resposta foi dada à Administração in-dicando todos os pontos com que os Trabalhadores não concordavam apontando as solu-ções por eles preconizadas.

Desta vez, não tivemos razões para nos lamentarmos de quaisquer delongas, pois que logo a meio de Julho o Secretariado foi convocado à D.S.P.O. para se tentar che-gar a acordo. Em 20 desse mês foi esta fase dada por finda. Tinham ficado pendentes

uns três ou quatro pontos que o Dr. Elder Fernandes dizia transcederem a sua competência e que deviam ser negociados com o Director-Geral, a partir de 20 de Agosto.

E começou então o interregno grande. A partir dessa data o Secretariado fez todos os possíveis para prosseguir as conversações. Mas havia sempre uma desculpa, um adiar para a semana seguinte, para daí a 3 dias, para a outra quinzena...etc, etc...

A 18 de Outubro conseguimos ser recebidos pelo Director-Geral. Dissemos então que o prazo limite para o Sindicato era 30 de Novembro.

Nesse dia preparava-se um membro do Secretariado para telefonar à tipografia a fim de dar ordem para imprimir os panfletos para endurecimento de luta, que estavam projectados, quando lhe chegou um telefonema de Lisboa. Estávamos convocados para o dia 2 de Dezembro. O prazo era ultrapassado mas só por um dia. O Sindicato aceitou. Fomos. Os pontos de desacordo foram superados. O projecto estava pronto a seguir o seu destino. Deu-se a queda do I Governo e imediatamente soubemos que novo impasse ia surgir. Mas assim que o II Governo tomou posse pedimos audiência ao Ministro da Reforma Administrativa a qual nos foi concedida em 14 de Fevereiro e onde sensibilizámos o Ministro para o problema.

No princípio de Março veio o parecer que todos conhecem: o MRA regeitou o projecto. Novo período de impasse até que no princípio de Maio (coincidência com a convocação da Assembleia Geral de Delegados?), por pressão do Sindicato o MRA aceitou que se reabrissem as negociações entre a Direcção-Geral da F. Pública e a nossa Direcção-Geral. E elas têm ido decorrendo, semana a semana, desde há mês e meio. É esta a situação presente. É este o momento em que nos encontramos, aquele em que o Secretariado deste Sindicato prepara um momento de luta, desencandeia uma acção como ainda nunca tinha surgido entre nós. Porquê? Quais as razões por que nesta ocasião, o Secretariado entendeu que não devia esperar mais e decretou greve para os dias 29 e 30 deste mês?

III

PORQUE DECRETAMOS A GREVE.

1) Porque o Governo não nos dá uma garantia de que a reestruturação saia, mesmo que as actuais negociações não venham a protelar-se indefinidamente e o assunto vá ficando de mês para mês, de ano para ano. E nós não queremos a reestruturação para um tempo indefinido, para os nossos filhos. Queremo-la já, para nós, porque sabemos que ela é possível, exequível, exequível, desejável para já. Sabemos que ela é um princípio, um ponto de partida para um progresso que desejamos e que quanto mais tempo demorar mais custoso será de conseguir. Temos pedido insistentemente um compromisso nesse sentido e as respostas são sempre vagas e indefinidas. Temos explicações e mais explicações das dificuldades de se andar depressa, mas nunca mais do que isso. Ou antes: por duas vezes tivemos uma resposta definida, ambas pelo Ministro da Reforma Administrativa. Uma em que marcava a última semana de Maio. Outra em que indicava o dia 1 de Junho. Mas enquanto o Ministro dizia isso, os negociadores diziam outra coisa diferente. E essas datas acabaram por não significar nada.

2) A máquina burocrática é pesada e lenta. Muitas vezes nos tem sido dito pelas próprias entidades governativas que mesmo o progresso que se conseguiu não teria sido alcançado sem a pressão dos trabalhadores. Aliás, temos provas disso. Por isso consi

deramos que temos que mostrar de uma vez para sempre que estamos dispostos a fazer tudo o que for preciso para defendermos as nossas posições. A Administração precisa de saber que não são apenas palavras as armas que usamos mas que estamos realmente prontos a transformá-los em factos.

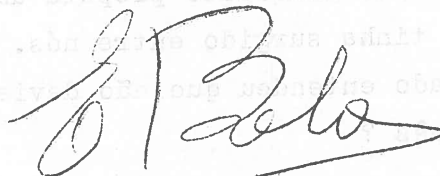
IV

Trabalhador da D.G.C.I.: Quando da votação de resposta ao nosso comunicado 9178, respondestes em massa que estáveis dispostos a ir para a greve para defender a reestruturação. A ocasião chegou e o Secretariado sente-se confiante pois que não duvida que cumprireis aquilo que havieis decidido. Acreditamos que todos saberão compreender a importância daquilo que está em jogo e a importância da nossa unidade e verificando-se isso não temos dúvidas do êxito que a greve representará porque nenhum Governo consciente se irá meter numa luta tão duvidosa para si quando sabe - e reconhece - que ela é justa por parte dos trabalhadores e que tem um objecto que a todos traz vantagens.

TRABALHADOR DOS IMPOSTOS A VITÓRIA ESTÁ AO NOSSO ALCANCE. É PRECISO QUE TENHAMOS A OUSADIA DE A AGARRAR E ELA SERÁ NOSSA.

SAUAÇÕES SINDICAIS

O SECRETARIADO,



SINDICATO DOS TRABALHADORES DA DIRECÇÃO-GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores da D.G.C.I. do distrito de Lisboa para uma reunião, a realizar no dia 23 (sexta-feira), pelas 19 horas, no 7º andar do nº 21 da Avenida Marquês de Tomar, com a presença de membros do Secretariado, para:

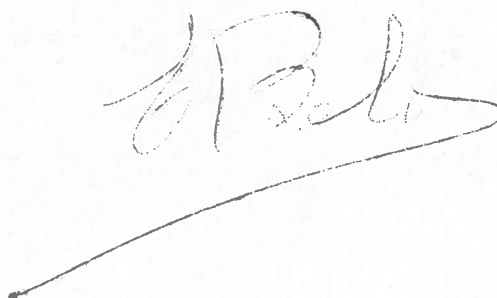
1º- Debater o problema da Reestruturação e fazer o ponto da situação;

2º- Eleger a Comissão Eleitoral Distrital.

A reunião está aberta a todos os trabalhadores da D.G.C.I., sócios ou não sócios deste sindicato.

Setúbal, 20 de Junho de 1978

O SECRETARIADO

A large, stylized handwritten signature in dark ink, likely belonging to a member of the secretariat, is written over the printed text 'O SECRETARIADO'.